

Carlo Ginzburg: O Conhecimento Histórico Frente Ao Discurso Pós-Moderno

Carlo Ginzburg: The Historical Knowledge Opposite The Post- Modern Speech

Recebido em 2014

Aprovado para publicação em 26-03-2015

Amarildo Mendes Lemos¹

Resumo: O presente artigo se propõe a refletir sobre a prática do historiador bem como sobre o papel político da tarefa deste profissional, por meio da leitura dos textos de Carlos Ginzburg, *Relações de força: história, retórica e prova* e de Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder, *Emoção e política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI*. Partimos do pressuposto de que não há como prescindir do aspecto subjetivo na pesquisa. Consideramos também que, da mesma forma, a pesquisa também não pode ser reduzida a este aspecto, pois dessa maneira estaremos caindo no paradoxo do relativismo.

Palavras-chave: História; Carlos Ginzburg; Pós-Modernismo.

Abstract: This article aims to reflect on the practice of the historian as well as on the political role of the task of this person, through the reading of texts by Carlos Ginzburg, *Relações de força: história, retórica e prova* and Gisálio Cerqueira Filho and Gizlene Neder, *Emoção e política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI*. We assume that there is no way dispense with the subjective aspect in the research. We also believe that, in the same way, the research can not be reduced to this aspect, because that way we'll be falling in the paradox of relativism.

Keywords: History; Carlos Ginzburg; Postmodernism.

¹ O autor é Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e professor de história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), Campus Colatina, Brasil. E-mail: amarildo.lemos@ifes.edu.br

1. Introdução

Trataremos do método indiciário apresentando reflexões de metodologia da história que reforçam a credibilidade da pesquisa histórica e procura não se ater aos embates teóricos e as limitações da dicotomia racionalismo versus irracionalismo. Através do método o historiador pode tornar o conhecimento do passado possível. Neste sentido, especial atenção será dada a este ponto, já que esta postura torna possível a pesquisa histórica.

Os ataques sofridos pela História foram outro foco do texto. Realizamos uma análise da reflexão que Ginzburg faz da obra de Friedrich Nietzsche² – filólogo e influente filósofo alemão do século XIX, que viveu de 1844 a 1900. Nietzsche foi precursor dos ataques que são direcionados à possibilidade do conhecimento histórico.

Em seus escritos, Nietzsche propôs a separação da ideia de prova da retórica. Desta forma a linguagem passa a ser observada somente em sua forma, já que o conteúdo fica relegado exclusivamente ao plano da subjetividade. Sendo assim a possibilidade do conhecimento histórico deixa de existir em favor de teses que sustentam que a narrativa histórica se confunde com a narrativa literária, exacerbando o aspecto subjetivo da pesquisa histórica. Ginzburg retoma, nesses debates, textos de Aristóteles, em especial a *Retórica*. Neste importante texto a retórica judiciária passa a ser observada e reconhecida sua importância na metodologia da história, momento em que as provas constituem a pedra angular da retórica.

A História não está distante da Retórica. É o que nos apresenta Ginzburg atentando para que, não obstante, não se confunda a proximidade de uma em relação a outra com a ausência de compromisso de trazer à tona a explicação dos homens no tempo, para relembrar a definição de história

² Ginzburg analisa também a obra de alguns de seus discípulos.

proposta por um dos fundadores da “Escola dos Annales”, o francês Marc Bloch. A História tem seu compromisso com a verdade, já a Arte está voltada para a ordem estética, ou seja, para a representação da percepção, dos sentimentos humanos e de ideais humanos e desta maneira vincula-se fundamentalmente à subjetividade humana. Ginzburg, como veremos, adentra o mundo da arte, e através dos escritos de Gustave Flaubert, faz distinção entre narrativa literária e narrativa histórica e demonstra a importância da postura metodológica bem como as possibilidades da pesquisa histórica, dada a ampliação do conceito de fonte e da forma como o historiador deve abordar cada fonte.

1. O método indiciário

1.1. A virada pós-moderna

A crise dos paradigmas científicos vividos após o fim da guerra fria produziu um clima de mal estar no meio acadêmico, político e em outros espaços que preconizavam doutrinas socialistas fundamentadas na teoria marxista da história. As práticas autoritárias soviéticas e, por fim, o colapso desta experiência histórica levou a um recrudescimento nas filiações do Partido Comunista. Tudo isso, de uma forma ou de outra, se relaciona com as revisões teóricas no campo das Ciências Humanas.

Neste contexto, um movimento de escritores, no qual se destaca Michel Foucault, que absorveu influências do estruturalismo, realizando pesquisas que focalizavam eventos de longa duração na história. Nestes estudos o pensador francês aproximou a pesquisa histórica da antropologia, da psicanálise e empreendeu mudanças significativas na análise da realidade e da teoria da história. A realidade passa a ser algo discursivo e dependente das práticas discursivas para existirem e, neste sentido, a noção de verdade como possibilidade da investigação científica construída a partir de um método é contestada através de estudos linguísticos, de

análise de discursos, semiótica, dos sistemas de significação.

A filosofia da história e a construção de hipóteses sobre o devir foram substituídas por discussões sobre dispositivos de poder na esfera humana, sem focalizar o Estado como *locus* de poder, já que o poder é percebido de forma difusa e presente em todas as instâncias das relações humanas.³

Tal crise se mostra na historiografia ao se observar a diversidade de temas adotados a partir de então. A ideia de totalidade é abandonada e os objetos de pesquisa variaram em torno das relações microscópicas: afetivas, sexualidade, corpo, objetos de uso pessoal etc.

O fundamento filosófico deste movimento está em Friedrich Nietzsche, autor do século XIX que empreendeu severos ataques à moral cristã, bem como em relação à racionalidade ocidental, ou seja, à própria filosofia que não pode prescindir do método para realizar seus enunciados. Nietzsche preconizava os valores do ser guerreiro (apesar dele próprio não ter conseguido sucesso entre os homens de guerra de seu tempo) dos gregos, em oposição ao ideal socrático de justiça. Mesmo com uma saúde frágil, relatada em biografias deste autor⁴, demasiadamente inadequada para um guerreiro grego ele dividia a sociedade entre fortes e fracos e determinava o domínio como prerrogativa dos fortes em contraponto à moral cristã que apregoa misericórdia para com os fracos.

Neste sentido, a crise dos paradigmas se vincula mais uma vez ao projeto nietzscheano da realidade percebida com lentes niilistas e um retorno à arte, ao que há de dionisíaco e irracional na vida.

As severas críticas à razão, bem como as falas sobre o que chamamos de projeto nietzscheano são fundamentadas com requintadas reflexões

³ René Rémond, historiador francês, chama de "movimento de 1968" essa perspectiva teórica à qual ele se contrapõe: "o abuso, a partir de 1968, da noção de poder e a extensão de sua aplicação desencadearam sua diluição". (RÉMOND, 2003).

⁴ A rede mundial de computadores é farta em informações a esse respeito em sítios de universidades, entre outros.

realizadas pela mente humana através de conexões lógicas, racionais, de trabalho de pesquisa filológica para encontrar a raiz de conceitos, de ideias presentes na sociedade ocidental. A dúvida problematizada no contexto da análise do discurso do outro como discurso de poder só não é para aqueles que realizam tais assertivas em suas autocríticas, pois passam a assumir o lugar da verdade.

O contexto da passagem do segundo para o terceiro milênio da era cristã é marcado por uma crise, inclusive de identidade, já que vivemos uma sociedade pós-industrial, neoliberal, pós-moderna, que não se define em si, o sendo sempre em relação a um momento/forma anterior. Quando, “um certo ceticismo temperado com niilismo e mesmo cinismo parecem ser a tônica do tempo presente.” (Gisálio e Neder, 1997, p.10).

1.2. Indícios

Tais reflexões geraram o mal estar citado no tópico anterior e abriram campo para diversas temáticas no meio historiográfico, bem como produziram a aproximação da História com outras disciplinas que passaram a contribuir na formulação metodológica imprescindível para a produção de conhecimentos sobre os problemas propostos, aqueles que serão objetos de investigação nas pesquisas históricas.

Teorizar antes de ter as evidências em mãos é um erro no processo de investigação como nos advertiu o historiador francês Marc Bloch (Bloch, op. cit). Pois com dados insuficientes o pesquisador é levado a fazer com que a realidade, os fatos se adéquem à sua teoria, distorcendo-os desta forma.

A palavra investigação remete ao ato de pesquisar, examinar com atenção, seguir os vestígios, e representa para o historiador a possibilidade de entendimento dos acontecimentos históricos a partir da

construção dos fatos pelos vestígios deixados, dando os indícios ao pesquisador, e sendo para este o testemunho que se apresenta à sua frente. O conceito de testemunha na história deve ser entendido num contexto mais amplo como nos apresenta o historiador italiano Carlo Ginzburg.

Ginzburg, na obra "Relações de Força", caracteriza o momento atual conceituando-o como "relativismo cético". Realiza um contraponto à postura dos críticos da razão, pois estes entendem que o aspecto subjetivo inviabiliza a produção historiográfica, e rechaça a:

(...) afirmação de que os princípios morais e cognitivos das várias culturas não podem ser objeto de comparação. Essa atitude que, em teoria deveria desembocar numa tolerância ilimitada, provém paradoxalmente de uma premissa similar ao princípio que faz coincidir a justiça com o direito do mais forte (GINZBURG, 2002, p.15).

O método indiciário, a partir do qual Ginzburg empreende suas pesquisas, se propõe a superar o modelo epistemológico que emergiu no final do século XIX e que se consolidou com o chamado movimento de 1968 e tentar "ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre racionalismo *versus* irracionalismo." (Ginzburg, 1990, p.143).

Como a história está intrinsecamente ligada ao tempo e, também, ao homem, o conhecimento histórico está sujeito a aspectos subjetivos. Neste sentido, não há neutralidade científica, pois todo problema a ser pesquisado é orientado pelo interesse do pesquisador, sendo assim parte de aspectos de sua subjetividade, de sua consciência. Como acentuou também M. Bloch ao evidenciar que a História não é a Ciência do passado: o objeto da História são "os homens", pois se trata também de uma "ciência da diversidade." (Bloch, 1993, p.28).

O método indiciário é "o mais antigo da história intelectual do gênero

humano” (Cerqueira Filho e Neder, 1997, p.20). É um método utilizado pelo pesquisador para ir além das primeiras constatações acerca da realidade estudada. A pesquisa indiciária só pode ser realizada a partir do rigor metodológico com caráter flexível, para tornar possível revelar o não dito, o enigma.

Ginzburg destaca o método ligado de investigação do médico italiano Morelli. Morelli observava quadro de pintores famosos e pretendia distinguir as cópias dos originais a partir de observações anatômicas e de detalhes desprezados pelos especialistas em arte pictórica. Gisálio Ferreira Filho e Gizlene Neder apontam a importância deste método e acrescentam outras características da medicina que são importantes para as ciências humanas. O médico identifica e interpreta as doenças a partir da análise de seus sintomas: indícios. Neste percurso de reconhecimento, o médico deve estar atento a todos os indícios, sintomas, que refletem o mal-estar da pessoa, pois os sintomas podem se confundir e levá-lo à elaboração de diagnóstico falso, pela falta de observação adequada, possibilidade que é ampliada pela similaridade do mesmo sintoma em doenças distintas.

Para não incorrer no erro de afirmar sobre algo aquilo que aparenta ser, o conhecimento deve ser produzido a partir do “método heurístico centrado nos dados marginais, nos detalhes e nos resíduos, que manifestados involuntariamente são reveladores de um movimento incessante de reincidência e repetição (...), neste tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.” (Cerqueira Filho e Neder, 1997, p.21). Nas palavras de Ginzburg,

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barbas. Aprendeu a fazer operações com rapidez fulminante, no interior

de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas (GINZBURG, 1990, p.52).

A noção de fonte se mostra fundamental dentro do método indiciário. Ela que apresentará ao historiador o indício, o sintoma, o rastro, os vestígios, as testemunhas, os quais como em uma investigação policial devem passar pelo crivo da crítica interna e externa dos documentos. Isto é necessário para que se entendam as condições de aparecimento, critério de veracidade, intencionalidade e destarte aquilo que a fonte pode desvelar do que se quer conhecer. Cerqueira Filho e Neder citam Bloch: "até o policial mais ingênuo sabe que não se deve forçosamente acreditar naquilo que as testemunhas dizem" (1997, p.23). No sentido de se resguardar dos aspectos subjetivos da pesquisa histórica procura confiar mais nas testemunhas que não pretendiam sê-lo.

Para Marc Bloch, em toda pesquisa histórica, uma importante pergunta que se deve fazer é: "*como pude apurar o que vou dizer?*" (Bloch, 1993, p.66). Destaca como muitos documentos já foram forjados, falsificados ao longo da história. O pesquisador, ao se deparar com esta situação, além de atestar a sua falsificação, deve também explicar o porquê de se falsificar determinado documento, ou seja, quais interesses estão envolvidos na falsificação.

Cerqueira Filho e Neder destacam que estas preocupações heurísticas, estes embates teóricos, não aparecem simplesmente em virtude de uma leitura irracionalista dos escritos de Nietzsche e como resposta a isto. Devem-se também a preocupações acadêmicas que visam dar consistência aos fenômenos existentes, entender os mecanismos de funcionamento da realidade reconhecendo neste processo a importância da razão e dos sentidos. Os sentidos são entendidos tanto naquilo que contribui para direcionar, no caso a intuição, como para desviar, dada as características subjetivas e impressionistas do 'caminho'.

A concepção positivista de documento e de história como disciplina presa a documentos escritos e construídos, sobretudo pelo Estado, não se sustenta mais como pensamento hegemônico no meio acadêmico, principalmente após os embates teóricos produzidos no próprio século XIX e, na maior parte, no século XX; quando a História Política escrita nestes moldes foi colocada em xeque e as pesquisas em história se direcionaram para aspectos econômico-sociais, de longa duração.⁵

Para Cerqueira Filho e Neder, o conhecimento dos fenômenos existentes não é algo dado aos sentidos de forma imediata. É através do indício, como diria Ginzburg, ou do sintoma, como diria Lacan, que estes fenômenos ganham consistência. O pesquisador pode explicar os acontecimentos históricos, e aprofundar o entendimento dos processos históricos: “Se a essência e aparência se confundissem a ciência seria supérflua” (Marx *apud* Cerqueira Filho e Neder, 1997, p.26).

Para não incorrer em equívoco quanto à explicação da realidade, “contra toda ideia essencialista de essência”, escreve Slavoj Žižek:

Não basta dizer que nunca há adequação entre a aparência e sua essência, mas devemos acrescentar que essa própria essência não é outra coisa senão a inadequação da aparência a si mesma, a inadequação que faz com que ela seja apenas aparência (CERQUEIRA FILHO e NEDER, 1997, p.26).

Ou a aparência é idêntica à coisa em si, ou ela encobre algo a ser desvelado. A identificação do fenômeno com a coisa em si dispensa a necessidade de um método de investigação para conhecer o passado. Na historiografia a narrativa está vinculada ao método e à capacidade de se

⁵ No final do século XX René Rémond, junto com um grupo de historiadores, empreendeu um movimento de renovação da história política que a partir da interdisciplinaridade com novas abordagens em relação aos temas tradicionais da história política e com a apresentação de novos objetos como opinião pública, mídia, discurso, etc. Para um maior aprofundamento neste debate ver: RÉMOND (2003).

sustentar suas afirmativas por meio de elementos de sustentação ao que foi dito.

2. História, retórica e prova: escritos indiciários

A narrativa histórica como um conhecimento possível da realidade foi duramente combatida pelos relativistas, sobretudo em teses que identificavam o saber com “vontade de poder” (em harmonia com o projeto nietzscheano). A História como disciplina, como conhecimento possível da realidade necessitava agora de demonstrar que é possível provar, que é possível fundamentar a pesquisa historiográfica e se manter firme no compromisso com a verdade. Não obstante a subjetividade não é um entrave à produção de conhecimento.

Em “Relações de Força”, obra já citada anteriormente, Ginzburg faz uma análise histórica de três termos – história, retórica e prova – como forma de demonstrar que prova e retórica não se excluem, pelo contrário, a prova constitui parte da prova, e, além disso, que a pesquisa histórica que leva em consideração esta conexão procede de forma “muito mais realista e complexa do que a que está hoje em voga” (Ginzburg, 2002, p13).

Ginzburg se refere a alguns escritos sobre história cujo objetivo é tornar a história semelhante à literatura, uma vez que, de acordo com tais escritos, a pesquisa por estar ‘eivada’ pela subjetividade humana deve aparecer somente como discurso, descolado da realidade que motivou tal pesquisa. Escritos como esses anteriormente citados, como demonstra Ginzburg, são encampados energicamente por Nietzsche e seus seguidores: Michel Foucault, Roland Barthes, Hayden White, Jacques Derrida, entre outros, conhecidos como “pós-estruturalistas”.

A crítica feita Tucídides⁶, historiador grego que viveu no séc. V a.C., à retórica dos atenienses, sugere que ele compartilhava da “atitude de desconfiança em relação à retórica, que os oligarcas mélios favoráveis a Esparta apresentam, (...) como uma arte para ‘seduzir’ a maioria com argumentos atraentes e falaciosos” (*idem*, p.18). É neste sentido que Nietzsche, leitor e admirador de Tucídides, emprega o conceito de retórica. É a partir desta ideia de retórica que as críticas ao conhecimento histórico são levadas a cabo por Nietzsche e pelos seus seguidores nas universidades, em produções bibliográficas, em obras cinematográficas, etc.

Nietzsche considerava toda assertiva discurso e entendia que as relações humanas estão fundamentadas a partir da ‘vontade de poder’. E pergunta:

O que é então a verdade? Um exército móbil de metáforas, metonímias, antropomorfismos, em resumo: uma suma de relações humanas que foram reforçadas poética e retoricamente, que foram deslocadas e embelezadas e que após um longo uso, parecem a um dado povo, sólidas, canônicas e vinculatórias. As verdades são ilusões das quais se esqueceu a natureza evasiva, são metáforas que se esgarçaram e perderam toda forma sensível, são moedas cujas imagens se apagaram e são levadas em consideração apenas como metal e não mais como moedas (NIETZSCHE *apud* GINZBURG, 2002, p.24).

Neste sentido, para o filósofo alemão não existe qualquer elemento de prova na retórica. No trecho citado, de uma obra que versa sobre a verdade e a mentira, Nietzsche reduz, portanto, a verdade a um conjunto de tropos – expressões que carregam significados: sentido figurado. Esta postura frente à realidade e ao conhecimento humano no campo das

⁶ Ginzburg chama a atenção para a História da Guerra do Peloponeso escrita por este escritor. E sustenta que, de acordo com suposições encontradas nos escritos feitos três séculos mais tarde por Dionísio de Halicarnasso, Tucídides teria sido exilado de Atenas, e por isso teria motivos para estar ressentido com a cidade e seus habitantes.

ciências humanas e sociais provocou a fragmentação do estudo da realidade – abandono da ideia de totalidade em pesquisas históricas; a retirada do homem como centro da preocupação das pesquisas – quando aparecem outros focos que se tornam objetos de pesquisas, tais como, música, arte, construções, etc.; e, a diversificação de temas, abandonado a centralização de temas.

O francês François Dosse evidencia as consequências do relativismo na produção historiográfica analisando as temáticas e as produções dos autores buscando um quadro explicativo onde classifica este contexto de fragmentação do conhecimento histórico como “terceira geração da escola dos Annales”, que se diferencia da primeira e da segunda, pois a postura destas duas gerações vai à contracorrente da chamada terceira geração. Fala de uma “história em migalhas” ao explicar esta ideia de fragmentação da realidade na pesquisa histórica (Dosse, 1994).

Ginzburg faz o contraponto às teses que afastam a retórica da prova a partir da retórica de Aristóteles, para quem a prova é parte da retórica. Aristóteles distingue dois tipos de provas, dividindo-as em ‘técnicas’ e ‘não-técnicas’. As provas técnicas se dividem em exemplo (*paradeigma*) e entimema, ambos os termos se remetem à oratória deliberativa e à judiciária. Ginzburg destaca, da mesma forma que Aristóteles, a partir de uma situação processual em que se encontram defensor e acusador, apontamentos importantes retirados de orientações e reflexões de práticas jurídicas, transformadas em princípios, que podem ser observados pelo historiador em suas pesquisas.

Já que os entimemas derivam de quatro pontos’, escreve Aristóteles, ‘e esses quatro são o verossímil (*eikos*), o exemplo (*paradeigma*), a prova necessária (*tekmerion*) e o signo (*semeion*)’, quem acusa se encontra numa situação difícil: as suas conclusões são facilmente refutáveis por que se referem ao que ocorre ‘geralmente’ (*epi to poly*). Mas, dado que se trata de uma conclusão ‘verossímil’ e não ‘necessária’, a confutação é só

aparente. Mesmo os entimemas baseados em exemplos e signos não saem do âmbito do provável. Só os entimemas baseados em signos necessários (*tekmeria*) permitem chegar a conclusões irrefutáveis (GINZBURG, 2002, p.50).

As *tekmeria* constituem-se assim no elemento da prova que permitirá a constituição em uma forma discursiva plausível. É desta forma que a demonstração da falsidade da doação de Constantino é realizada por Lorenzo Valla em meados do século XV. Ou seja, a prova se constituiu em parte da retórica quando este pesquisador trouxe à tona a necessidade de se estar registrado no latim clássico o termo "pala", onde a tal carta de doação quer se referir à palavra "coroa", e não a "diadema" como consta nesta carta. É no mesmo rastro da questão colocada por March Bloch e, citada em páginas anteriores, que se apontam respostas para as investigações: "*como pude apurar o que vou dizer?*" (Bloch, 1993, p.66).

É neste sentido que a retórica e a prova se apresentam conectadas na produção historiográfica e remetem a realidades vividas, passadas, e que carregam significados para a humanidade. Por outro lado, o discurso relativista não consegue se sustentar sem inferir assertivas que tenham pretensão de validade, de verdade, mesmo que seja julgando o que o cerca, outras posturas ou discorrendo sobre si mesmo. A pesquisa histórica jamais ocorrerá de forma imparcial, nem por isso perde sua validade, sua autoridade para inferir sobre fatos do passado.

A relativização do conceito de "poder", apresentando-o como algo difuso nas sociedades humanas, permite ao pesquisador esquivar-se de assumir uma posição cristalina quanto aos princípios políticos e sociais defendidos, uma vez que tudo é 'vontade de poder'. Cabe, então, ressaltar o papel do intelectual, como formador de opinião e agente social. Neste contexto, a pesquisa histórica não pode prescindir da prova, nem de suas condições de produção às quais devem ser observadas no contexto das 'relações de

força' encontradas na realidade,

(...) ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si. Para 'escovar a história ao contrário', como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas (GINZBURG, 2002, p.43).

A posição política ocupada e defendida pelo historiador nestas 'relações de força' de uma forma ou de outra deixará marcas. De modo que o tratamento dado às fontes, perscrutando o que elas podem dizer deve ser feito com o entendimento de que não se deve tomar a fonte como os positivistas faziam, simplesmente pelo que ela quer dizer ('não são janelas escancaradas'), nem também tomá-la como somente um produto da subjetividade, que, como tal, não permite inferir coisas sobre a realidade. Dentro deste entendimento relativista, somente o discurso que a fonte traz tornam-se 'muros que obstruem a visão' (Ginzburg, 2002, p.44).

A análise que Ginzburg faz do relativismo, a partir de Nietzsche e seus seguidores, demonstra como a postura relativizante em relação ao conhecimento que aparentemente apregoa uma 'tolerância ilimitada', reforça o direito do mais forte, quando levada às últimas consequências, uma vez que o sofrimento e as lutas dos trabalhadores com vistas à obtenção de proteção contra o poder econômico, à obtenção de direitos para os mais fracos, também é relativizada. O poder encontra-se difuso na sociedade e o Estado deixa de ser focalizado na mediação e no entendimento destas relações.

3. Espaço em Branco: uma prática indiciária

Ginzburg estabelece um confronto de ideias e empreende uma reflexão histórica dentro do campo em que os relativistas confundem a história, ou seja, dentro do campo da literatura. Se debruçando sobre a obra do escritor francês Gustave Flaubert (1821-1880), Ginzburg faz uma interpretação histórica da obra, sobretudo dos 'espaços em branco'. Desta forma, investiga narrativas de ficção e demonstra, através do rigor metodológico, como estas se distinguem da narrativa histórica.

O meu objetivo é exatamente o oposto: é vencer os céticos no seu próprio terreno, revelando por meio de um exemplo extremo, as implicações cognitivas das escolhas narrativas (incluindo as narrativas de ficção). Contra a ideia de que os modelos narrativos intervêm no trabalho historiográfico apenas no final, para organizar o material coletado, busco mostrar que, pelo contrário, eles agem durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades (GINZBURG, 2002, p.44).

Carlos Ginzburg faz uma análise de um espaço em branco, o qual é encontrado num livro de literatura, trata-se de um romance histórico de Gustave Flaubert (*Educação Sentimental*). Segundo o próprio autor em uma carta que ele, Flaubert, comenta sobre sua obra e a classifica como:

(...) um romance de costumes modernos que se passará em Paris. Será a história moral dos homens da minha geração; a história sentimental, para ser mais exato. É um livro de amor, de paixão; mas de paixão como pode existir hoje, isto é, inativa. O assunto, tal como o concebi é, creio, profundamente verdadeiro, mas, por isso mesmo, provavelmente pouco divertido.⁷

⁷ Confira <http://www.favascontadas.com.br/a-educacao-sentimental-de-gustave-flaubert>
Acesso em: 25/11/2012.

Flaubert é conhecido como escritor que retratou os costumes burgueses de sua época, transmitindo aos seus leitores sua crítica ao romantismo, ao subjetivismo, e aos valores burgueses. Porém, o que Ginzburg destaca em sua obra é a idéia de temporalidade e como ele utiliza o tempo para transmitir ao leitor as ideias e sentimentos sobre o tema que quer tratar. Este historiador parte da análise do escritor Marcel Proust (1871-1922): "as reflexões que apresentarei aqui partirão da oposição esboçada por Proust entre dois modos de tratar o tempo no romance: um baseado nas 'escórias da história', o outro na 'música'." (Ginzburg, 2002, p.101)

De acordo com Ginzburg, a organização do texto, a configuração da narrativa elaborada por Flaubert com: "repentino retardamento da narrativa", "repentina aceleração produzida por um espaço em branco", "brusco afrouxamento produzido por uma digressão inesperada", "imprevista conclusão do capítulo antes do iminente clímax emotivo", "súbita transição no interior do mesmo parágrafo", "uso do mesmo tempo verbal", "eliminando o advérbio de tempo"(GINZBURG, 2002, p. 104); faz parte do estilo literário deste autor, que se vale destes recursos para transmitir ao leitor o máximo possível de 'realismo' quando se pode abstrair os costumes e valores burgueses de forma crítica.

Diferentemente do que ele vê em Proust, Ginzburg tenta mostrar a partir da obra de Flaubert, como "o estilo e a história, ao invés de se excluírem reciprocamente estão inteiramente entrelaçados." Neste sentido, acrescenta ainda sobre o estilo literário deste autor, em que "o espaço em branco reforça um choque produzido por uma virada imprevista, e inesperada, na trama do romance" (Ginzburg, 2002, p.105). Tal recurso literário utilizado por Flaubert em suas narrativas não é obra instantânea, de pouco labor. Existe um trabalho exaustivo com anos de reflexão sobre o conteúdo, incluindo alterações do texto encontradas em manuscritos anteriores à publicação oficial do livro.

Maurice Agulhon, historiador especialista nos séculos XIX e XX,

apresentou, de acordo com Ginzburg em “Relações de Força”, a importância da obra de Flaubert em questão, tanto como documento como para a compreensão da sociedade francesa em meados do século XIX. Não porque a narrativa literária e a histórica se confundem como acontece neste contexto histórico atual, quando o discurso pós-moderno enfatiza o caráter subjetivo da interpretação da realidade. Para Ginzburg:

(...) a postura, hoje difundida, em relação às narrativas historiográfica me parece simplista por que examina, normalmente, só o produto literário final sem levar em conta as pesquisas (arquivísticas, filológicas, estatísticas etc.) que o tornaram possível. Deveríamos, pelo contrário, deslocar a atenção do produto literário final para as fases preparatórias, para investigar a interação recíproca, *no interior dos processos de pesquisa*, dos dados empíricos com os vínculos narrativos. Há muitos anos, Lucien Febvre observou que as fontes históricas não falam sozinhas mas só se interrogadas de maneira apropriada. Hoje isto nos parece óbvio. Menos óbvia é a observação de que as perguntas do historiador são colocadas sempre, direta ou indiretamente, em formas (destaco o plural) narrativas. Essas narrações provisórias delimitam um âmbito de possibilidades que, frequentemente, são modificadas ou até descartadas no curso do processo de pesquisa. Podemos comparar essas narrativas a instâncias mediadoras entre questões e fontes, as quais influem profundamente (ainda que não de maneira exclusiva) sobre os modos pelos quais os dados históricos são recolhidos, eliminados, interpretados – e, por fim, naturalmente narrados (GINZBURG, 2002, p.114).

Ginzburg alerta que as narrativas históricas devem estar atreladas às pesquisas que as geraram, e se afasta da “noção ornamental de retórica proposta por Cícero”, que dissocia retórica da prova: “*rem tene, et verba sequentur*, mantém o tema e as palavras virão” (Ginzburg, 2002, p.116) – noção que foi adotada pelos relativistas cépticos pós-modernistas. Desta

forma, não há como o historiador prescindir da narrativa ao mostrar os resultados de suas pesquisas e do rigor quanto ao método, que, contudo, deve ser flexível para se adequar às surpresas que podem aparecer no decorrer da pesquisa, já que o método utilizado para se reportar às fontes é fundamental para a explicitação, para dar consistência à pesquisa e para imbuí-la de plausibilidade.

4. Considerações Finais

O intento de fundamentar a possibilidade do conhecimento histórico bem como suas condições de produção, distinguindo a narrativa literária da narrativa histórica foi a “mola propulsora” da discussão aqui realizada. O historiador italiano Carlos Ginzburg se apropria do conceito de retórica proposto por Aristóteles. O filósofo grego defendia que a tarefa da filosofia é desvendar os mistérios do universo a partir da lógica fundamentada no conhecimento empírico. Dada a existência dos fatos e nossa capacidade racional de organizar as coisas e montar explicações acerca dos fenômenos, temos como resultado disso a possibilidade de se entender a realidade.

Ao observar a retórica apresentada por Aristóteles, Ginzburg destaca a prova como parte integrante desta.

Ginzburg advoga a proximidade do juiz e do historiador, quando observa que ambos estão voltados para acontecimentos do passado sobre os quais devem fazer suas assertivas, tendo vestígios e rastros: elementos que revelam àquilo que se quer conhecer e, que se encontram ocultos, velados. Esse desafio, comum às duas atividades, para ser cumprido não pode prescindir da narrativa e pretender a pura neutralidade (como defendem os positivistas). Reconhece a necessidade e o dever de se deixar claro qual postura é defendida na pesquisa que o historiador faz. Quais os interesses em jogo, as ‘relações de força’?

A pesquisa histórica levada a cabo através da narrativa literária atentou para a diferença encontrada nas duas formas, já que uma tem compromisso com a verdade científica e a outra não, o que não impede que sejam feitas observações históricas a partir de textos de literatura. Ginzburg reforça a crítica social realizada por Gustav Flaubert contra a dominação e contra a fundamentação das relações humanas com base neste princípio, sobretudo no novo formato, burguês-capitalista, que se apresentava incipiente, e em franca expansão, na época de Flaubert.

5. Referências

ARISTÓTELES (2007). **Retórica**. São Paulo: Editora Rideel.

BLOCH, Marc (1993). **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-américa (coleção saber), 6ª Edição.

DOSSE, François (1994). **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ensaio; Campinas: Editora Unicamp. Obra disponível para download no endereço da internet: <https://docs.google.com/file/d/0B46vjiRI8hGuMXRmTGIILVZycjA/edit?pli=1>

CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene (1997). **Emoção e política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor.

GINZBURG, Carlos (1990). **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras,
_____. (2002). **Relações de força: história, retórica e prova**. São Paulo: Cia das Letras.

RÉMOND, René (org.) (2003). ***Por uma história política***. Rio de Janeiro: Editora FGV.